

Reagan sugere privatizar com conversão de dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — O Presidente Ronald Reagan apresentou ontem aos Embaixadores latino-americanos, na Casa Branca, uma surpreendente sugestão para promover o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, o alívio da dívida externa de seus países. Segundo ele, a Casa Branca pretende incentivar a conversão de parte da dívida em capital a ser aplicado nessas nações, mas com um novo enfoque. O dinheiro seria investido pelos banqueiros privados na privatização de empresas públicas, que passariam a ser propriedade de seus trabalhadores — que também as administrariam.

Há uma necessidade gritante de desenvolvimento econômico na América Latina, e é preciso incentivar a livre empresa. Os controles e as restrições podem ser bem inten-



Presidente Reagan

cionados, mas não servem às necessidades do povo. Muitos países do Terceiro Mundo estão imobilizados por políticas governamentais. Em vez de controlar o povo, suas energias devem ser liberadas. — disse Reagan aos embaixadores, num anexo da Casa Branca.

A idéia, segundo assessores de Reagan, também vale para as empresas privadas. Os banqueiros, através de uma negociação com os governos interessados, forneceriam aos trabalhadores — que se organizariam em fundos especiais ou mesmo através de seus sindicatos — o capital para a aquisição da companhia e sua administração.

O Embaixador do Brasil nos EUA, Márcilio Marques Moreira, que esteve presente à reunião, disse ao GLOBO, ontem à tarde, pouco antes de preparar um relatório a respeito para o Presidente José Sarney, que a iniciativa de Reagan parece dirigida — numa primeira etapa — à América Central e ao Caribe. Mas, segundo ele, os outros países — como o próprio Brasil — deverão estudar com atenção a proposta.

Trata-se de uma abordagem nova. E ela é interessante tanto do ponto de vista de distribuição de renda, como do ponto de vista da eficiência

— disse Marques Moreira. — Além de significar um alívio para o problema da dívida, essa saída significaria ao mesmo tempo privatizar as empresas públicas sem que elas fossem desnacionalizadas — concluiu.

A proposta de Ronald Reagan baseia-se num relatório que lhe foi entregue pelo Chefe do “Projeto para a Justiça Econômica”, William Mitterdorf, ex-Embaixador dos EUA na Organização dos Estados Americanos. O documento é resultante de um trabalho de 18 meses feito por uma comissão especial criada por Reagan, para encontrar novas idéias para o desenvolvimento latino-americano. Esse grupo — chamado pelo Presidente de força-tarefa — foi criado pela Casa Branca por sugestão do Congresso dos EUA.

Segundo a documentação recebida pelos embaixadores, haveria a possibilidade de se criar condições especiais para a conversão de parte da dívida externa em investimento, com o repasse dos deságios ou descontos aplicados sobre ela.

Essa idéia foi inspirada num tipo de abordagem que os americanos vêm aplicando na área privada. Houve, por exemplo, o caso de uma siderúrgica que andava mal e seus empregados, através dos sindicatos,

negociaram com os banqueiros, que lhes deram condições especiais: em vez de financiarem a companhia, eles financiaram os trabalhadores, que passaram a ser os novos acionistas — contou Marques Moreira.

No final do encontro, Reagan disse aos embaixadores que deu instruções a seus assessores para começar a implantar as recomendações do informe recebido. Isso significa, na prática, que a Casa Branca começará a fazer contatos com os credores privados das dívidas do Brasil e de seus vizinhos, com o objetivo de convencê-los a procurar os interessados nas conversões (swaps). O assunto será tratado diretamente também entre a Administração Reagan e os governos latino-americanos.

● INSTRUMENTO — O Presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC), Elmo de Araújo Camões, afirmou ontem em São Paulo “que veio em boa hora” a declaração do Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, favorável a que seja incluída a conversão de dívida em capital de risco na renegociação das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo. Para Camões, a conversão da dívida é um instrumento que possibilitará ao Brasil chegar a um bom acordo com os países credores. No seu entender, se outros países, como México e Chile, já fizeram a conversão, não há razão para o Brasil não adotar o mesmo mecanismo.